

FINANCIAMENTO DO PNAGE



Reunidos em Cuiabá, Mato Grosso, nos dias 31 de março e 1º de abril, secretários de administração aprovaram o novo modelo de financiamento do PNAGE, anunciado pelo Ministério do Planejamento e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O programa será dividido em duas fases, com validade de cinco anos cada. Na primeira etapa, a União, por intermédio do Ministério do Planejamento, será a tomadora de 60% dos US\$ 155 milhões junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e transferirá os recursos aos Estados e ao Distrito Federal mediante convênio. Os 40% restantes serão divididos, como contrapartida, entre a União (6%) e as Unidades da Federação (34%). Na segunda fase, a Caixa Econômica Federal será a tomadora de 60% dos US\$ 155 milhões restantes e os Estados, como submutuários, deverão oferecer como contrapartida 40%.

O repasse por meio de convênio permitirá a participação de todos os Estados e do Distrito Federal.

Página 7

EXPERIÊNCIAS INOVADORAS

No fórum de Cuiabá, secretários de Pernambuco, Mato Grosso, Minas Gerais, Bahia e Alagoas apresentaram os resultados de programas já implantados nos Estados, e que têm tido sucesso nas administrações locais.

Em busca da satisfação do cidadão e dos servidores, os Estados têm investido na melhoria dos serviços prestados, priorizando a agilidade e a qualidade.

Páginas 5 e 6

NESTA EDIÇÃO

- GESPÚBLICA
- PEC PARALELA
- GRUPO DE COMPARTILHAMENTO

Página 8



- DISCURSO DA PRESIDENTE
CECILIA LANDIM

Página 04



Editorial

NOVO OLHAR

O Conselho Nacional de Secretários de Administração tem muitas conquistas a comemorar, apesar dos desafios que ainda deve enfrentar. Temos, hoje, uma entidade fortalecida, com sua importância reconhecida no âmbito estadual e federal, bem como por Organismos Internacionais, uma vez que se legitima como canal de interlocução dos Estados e do Distrito Federal com os demais poderes constituídos. É por isso, e também graças ao empenho e a dedicação dos secretários de Administração que não mediram esforços no sentido de buscar o apoio necessário junto ao Governo Federal, que o Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – PNAGE, se tornou uma realidade.

Fruto de intensos debates nos Fóruns do Consad, o PNAGE foi idealizado em 2002 e coroado de êxito, visto que a sua primeira etapa – de aprovação dos programas – foi totalmente concluída, garantindo a participação de todos os Estados e do Distrito Federal. Vale ressaltar, que o seu maior mérito reside

no fato de que os Governos Estaduais dispõem, hoje, de um documento inédito no Brasil, qual seja, um diagnóstico geral das respectivas administrações, dando valiosos subsídios para que as Unidades da Federação possam direcionar suas ações e programas no sentido de equacionar os problemas e entraves detectados, e que dificultam o objetivo maior de atender às expectativas da sociedade.

O novo desafio agora é a implantação do PNAGE. E é nos fóruns do Consad, que cada vez mais têm se transformado em um espaço de discussões entre os Estados, que os debates devem se intensificar a procura de resultados no menor prazo possível. Além disso, os secretários devem somar esforços para buscar experiências cada vez mais inovadoras no campo da gestão pública, perpetuando a troca dessas idéias que tanto tem permeado os fóruns do Conselho.

Atingir essas metas não será difícil para um Conselho que tem trabalhado arduamente em prol do cidadão e com isso, colhido frutos tão positivos. Neste último ano, o Consad deu cumprimento ao Plano de Trabalho, bem como aos objetivos do CONSAD, tendo como prioridade a ética, a transparência, a busca de uma convivência supra-partidária,

democrática e fraterna, com o propósito de troca de experiências, e fortalecimento das ações compartilhadas. Ações que visam novos instrumentos e tecnologia de gestão em benefício de uma máquina pública mais ágil, eficiente e eficaz para assegurar a efetividade das ações estaduais sempre com foco nos resultados, na dignidade da função pública, na persistência de um pacto federativo mais justo, e no princípio maior de bem servir ao cidadão. Buscando, ainda, a melhoria da prestação dos serviços, foi criado Grupo Temático das Unidades de Atendimento ao Cidadão, cujo primeiro produto foi a oficialização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão como órgão interlocutor dos Estados e do DF junto aos demais Órgãos do Governo Federal.

E esse trabalho permanente do Consad, que realça o princípio do federalismo e resalta a importância das Secretarias de Administração no cenário dos grandes debates nacionais, tem contribuído de maneira decisiva para o fortalecimento das ações empreendidas na área administrativa, o que nos permite vislumbrar um futuro promissor para a gestão pública brasileira. Por isso, não é sem cabimento dizer que 2005 será um marco, um divisor de águas na história administrativa brasileira.

Expediente

Jornal do CONSAD

Informativo do Conselho Nacional de Secretários de Administração
SGON – Área Especial 01, Quadra 01
CEP: 70610-610 – Brasília – DF
Site: www.consad.org.br

Presidente

Maria Cecília Landim (Distrito Federal) *

Vice-Presidente

Valter Oliveira Silva (Alagoas)

Colegiado

Flora Valladares Coelho (Acre); Carlos Alberto Sampaio Cantuária (Amapá);

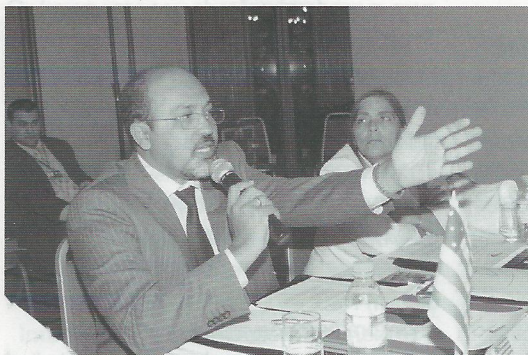
Redomarck Nunes Castelo Branco (Amazonas);
Marcelo Pereira Fernandes de Barros (Bahia);
Carlos Mauro Benevides Filho (Ceará);
Ricardo de Oliveira (Espírito Santo);
Jeovalter Correia Santos (Goiás);
Simão Cirineu Dias (Maranhão);
Geraldo Aparecido de Vito Junior (Mato Grosso);
Ronaldo de Souza Franco (Mato Grosso do Sul);
Antônio Augusto Junho Anastasia (Minas Gerais);
Frederico Aníbal da Costa Monteiro (Pará);
Gustavo Mauricio Filgueira Nogueira (Paraíba);
Maria Marta Renner Weber Lunardon (Paraná);
Maurício Eliseu Costa Romão (Pernambuco);
Maria Regina Souza (Piauí);

Luiz Rogério Ognibeni Vargas (Rio de Janeiro);
Paulo César Medeiros de Oliveira Júnior (Rio Grande do Norte);
Jorge Celso Gobbi (Rio Grande do Sul);
Luciano Fernandes Moreira (Roraima);
Edmundo Lopes de Souza (Rondônia);
Marcos Luiz Vieira (Santa Catarina);
Evely Levy (São Paulo);
José de Araújo Mendonça Sobrinho (Sergipe);
Eugênio Pacceli de Freitas Coelho (Tocantins).

Edição

Cecília de Araújo Resende
e-mail: cecilia.Resende@sga.df.gov.br

Fotolito, Impressão e Acabamento:
Bárbara Bela Editora Gráfica Ltda



Carta de Cuiabá

O Conselho Nacional de Secretários de Administração - CONSAD, no LVII Fórum nacional de Secretários de Estado de Administração, realizado nos dias 31 de março e 01 de abril de 2005, em Cuiabá, após discussão de relevantes temas dos Estados e do Distrito Federal, chegaram às seguintes conclusões, considerando:

- a) a aprovação pela Câmara Federal da proposta de Emenda Constitucional nº 227, de 2004 "PEC Paralela", alterando dispositivos constitucionais relativos à previdência social dos servidores públicos já recentemente modificados pela reforma implementada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, elaborada objetivando amenizar as diferenças existentes entre os regimes previdenciários e os déficits gerados com a manutenção dos Regimes Próprios de Previdência dos Servidores Públicos, tendo inclusive sido encaminhada ao Congresso Nacional pelo Presidente e pelos Governadores dos Estados e do Distrito Federal em ato solene;
- b) que a aplicação das regras contidas na proposta implicará em expressivo aumento dos gastos públicos decorrente do impacto financeiro negativo proveniente das alterações promovidas na "PEC Paralela", derivados das mudanças promovidas tais como: a inclusão de mais carreiras nos limites de artigo 37, XI, C.F.; a retroatividade da aplicação da PEC; ampliação da paridade;
- c) as sucessivas e continuadas atuações acompanhadas da imposição de sanções administrativas e pecuniárias que atingem os dirigentes estaduais responsáveis pela gestão da folha de pagamento, em virtude de procedimentos administrativos fiscais movidos pelo órgão gestor da previdência federal,

MANIFESTA-SE:

- 1) contrário à aprovação dos dispositivos que alteram a Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003 que impactam no equilíbrio fiscal e financeiro dos Estados e do Distrito Federal dificultando, inclusive o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- 2) pela urgente busca junto ao Ministério da Previdência Social de interpretação jurídica e administrativa razoável e uniforme, no que se refere à responsabilização solidária dos agentes públicos, na qualidade de pessoas físicas, especialmente em razão do discutível descumprimento de obrigações previdenciárias principais e acessórias.

DISCURSO DA PRESIDENTE CECÍLIA LANDIM



Bons ventos nos trazem. E trazem também a chuva para irrigar o solo fértil em que são cultivadas tantas riquezas. São, como diz os versos de Tom Jobim, “as águas de março, fechando o verão; é promessa de vida no nosso coração”. Esta reunião tem significado especial. Amanhã, antes da discussão da Carta de Cuiabá, teremos a eleição da diretoria do Conselho para o mandato que se inicia. Trata-se de um momento importante para a vida institucional do nosso colegiado porque temos, além das muitas conquistas ainda por consolidar, enormes desafios a enfrentar.

Felizmente, as mudanças de direção no CONSAD são encaradas com muita naturalidade e tranquilidade. Acima de tudo, preside-nos um espírito de união, pluralismo, transparência, desprendimento e continuidade de propósitos. É aí que reside a fecundidade do nosso trabalho e a força para fazer valer os interesses da Federação e de suas unidades.

O CONSAD, convém lembrar a esta qualificada audiência, tem como missão congregar, articular e integrar esforços e iniciativas das secretarias estaduais de Administração na construção de políticas nacionais de Gestão Pública. Nesse sentido, também tem como propósito contribuir para aumentar a governança em todos os níveis da Federação.

A ampliação da governança, entretanto, não é um objetivo em si mesmo, mas um meio para alcançar o desenvolvimento sustentável, a melhoria da qualidade de vida, a valorização do capital humano e a ampliação das liberdades. No cumprimento desses propósitos, este fórum se afirma como um espaço institucionalizado de discussão, que

conta com inequívoco reconhecimento de todas as instâncias dos poderes estaduais e federais. E o CONSAD se consolida como uma instituição legitimada por resultados concretos do debate, da troca de experiências em favor da melhoria da gestão pública e dos serviços prestados ao cidadão.

Pois temos trabalhado incessantemente na articulação política em defesa de nossas teses, na representação dos nossos interesses, na valorização das nossas experiências e no desenvolvimento do federalismo cooperativo. Além disso, temos debatido aqui muitas teses novas que, mesmo em sua simplicidade, muito têm contribuído para a melhoria dos instrumentos de gestão, o fortalecimento da função pública e a efetividade da ação governamental. Nossa ação sempre teve como foco o cidadão, que, muito mais do que um cliente é, ao mesmo tempo, personalidade política titular de soberania, contribuinte de impostos e usuário de serviços públicos.

Em defesa da *rex publica*, mobilizamos a sociedade para a busca da eficácia dos controles, aumento da transparência, eliminação de desperdícios. Graças ao concurso da cidadania ativa, alcançamos resultados palpáveis na valorização do patrimônio físico e humano, financeiro e intelectual, institucional e moral. Nesse sentido, passada a hora mais penosa dos ajustes estruturais, ganhamos a adesão dos funcionários públicos, agora transformados em atores estratégicos da construção de um serviço público a serviço do público, vale dizer, da edificação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Pois não há como à indignação com o quadro de pobreza e desigualdade que ainda penaliza um bilhão de pequenos seres humanos que vivem abaixo da linha de pobreza em todo o planeta, segundo dados do UNICEF. O Brasil, infelizmente, entra com aproximadamente 27 milhões de pessoas despojadas de seus direitos fundamentais nessa contabilidade macabra. É o sentimento de urgência dos mais pobres que deve nos mover em todas as nossas ações, procurando cotidianamente simplificar, azeitar e fazer operar com prontidão uma nova administração pública.

É a consciência das graves assimetrias sociais que desperta a necessidade de melhorar a gestão pública nos sistemas administrativos, mas, sobretudo nas áreas substantivas e, entre elas, na Saúde, na Educação e na Segurança Pública, como em boa hora inscrevemos nos documentos que instruíram a proposta do PNAGE.

Foi justamente a relevância estratégica da gestão pública que nos credenciou para liderar uma verdadeira cruzada, visando o estabelecimento de um amplo programa de cooperação entre as três esferas que compõem o pacto federativo—União, Estados e Municípios, para a modernização do aparato estatal. O PNAGE é esse exemplo vivo de ação concertada. A viabilização do financiamento para todos os Estados, com a substituição do tomador, vai ampliar ainda mais as possibilidades de cooperação, partilha de recursos e redução de custos. O programa estabelece um minucioso planejamento das ações, a correspondente alocação dos recursos e a necessária qualificação das equipes e também um eficiente sistema de monitoramento e avaliação dos resultados.

Nesse sentido, ressalte-se o imprescindível aval do Governo Federal, representado pelo doutor Nelson Machado, que permitiu superar o impasse em que se encontravam alguns Estados. O caminho desejável para a inclusão de todos tornou-se realidade, mais uma vez, por conta da ação articulada dos membros deste Fórum, que ofereceram respaldo político e argumentos consistentes para levar a bom termo as negociações. Acima de ideologias e de orientações partidárias, temos sabido priorizar o interesse público e agir conjuntamente. Nossa associação em torno de objetivos comuns tem contribuído para sublinhar o papel dos Estados no aprofundamento da democracia brasileira e no aprimoramento das diversas instâncias de representação. Sempre em busca de resultados que repercutam em benefício de todos.

Tenho por isso a convicção que estamos muito próximos de firmar definitivamente uma agenda positiva para o Estado brasileiro, nascida do pacto legítimo entre governos (nacional e sub-nacionais), formuladores de políticas e administradores públicos responsáveis, servidores capacitados, motivados e conscientes, e a sociedade civil organizada. Estamos mais próximos de fazer valer os compromissos assumidos pelos governos que representamos, unindo o conhecimento técnico a uma exacerbada responsabilidade social.

Espero ter sido fiel à missão do CONSAD e ter correspondido à confiança de meus pares durante estes três anos em que estive à frente do Conselho. Crédito à colaboração de todos os muitos êxitos que alcançamos e me responsabilizo pelos nossos poucos insucessos. Agradeço a todos o entusiasmo, a dedicação e o apoio que sempre ofereceram a todas as nossas iniciativas.

PNAGE

Novo modelo de financiamento

Ministério do Planejamento e BID apresentaram, no LVII Fórum do Consad, realizado nos dias 31 de março e 1º de abril, o novo modelo de financiamento do PNAGE. O programa atenderá todos os Estados e o Distrito Federal

Parte dos recursos para a implementação do PNAGE estará disponível às Unidades da Federação este ano. A notícia foi anunciada aos membros do Consad, em 22 de fevereiro, no Ministério do Planejamento, pelo ministro interino Nelson Machado. Segundo ele, o programa será dividido em duas fases, com validade de cinco anos cada. Na primeira etapa, a União, por intermédio do Ministério do Planejamento, será a tomadora de 60% dos US\$ 155 milhões junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e transferirá os recursos aos Estados e ao Distrito Federal mediante convênio. Os 40% restantes serão divididos, como contrapartida, entre a União (6%) e as Unidades da Federação (34%). Na segunda fase, a Caixa Econômica Federal será a tomadora de 60% dos US\$ 155 milhões restantes e os Estados, como submutuários, deverão oferecer como contrapartida 40%.



Os detalhes do financiamento foram apresentados no LVII Fórum, em Cuiabá, pela representante do Ministério do Planejamento e diretora nacional do PNAGE, Sheyla Maria Reis Ribeiro (foto 1), e pela representante do BID, Maria de Fátima Cartaxo (foto 2). O modelo de financiamento foi aprovado pelos secretários do Consad, uma vez que da forma como foi elaborado permitirá a participação de todas as Unidades da Federação. "Se o repasse da verba fosse mediante empréstimo, os Estados endividados não poderiam ser atendidos. Como será por convênio, todos terão acesso aos recursos para a implantação de seus projetos", explicou a Secretária de Gestão Administrativa do DF, Cecília Landim.

Para este ano, o governo federal disponibilizará apenas 10 milhões de reais, que serão transferidos aos Estados e ao Distrito Federal de acordo com seus projetos. Segundo a representante do Ministério do Planejamento, Sheyla Maria Reis Ribeiro, este valor representa 39% da execução de cada projeto previsto para 2005. "Nós esperamos repassar os recursos até o mês de agosto", ressaltou Sheyla Maria.

As Unidades da Federação, em contrapartida, deverão comprovar as despesas junto ao BID. "Dessa forma o processo se torna mais transparente", comentou Maria de Fátima Cartaxo.

Estes recursos estão destinados aos projetos já elaborados. O Distrito Federal, por exemplo, investirá na capacitação e preparação do servidor, na estrutura dos



órgãos públicos, na informatização e uso da tecnologia como suporte, transparência na administração e na comunicação entre os órgãos e o cidadão.

Projeto este que segue os objetivos do PNAGE: modernizar a Administração Pública do Distrito Federal e dos Estados Brasileiros, mediante a integração das funções planejamento, orçamento e gestão, visando a melhoria da prestação de serviço, a qualidade da aplicação de recursos públicos, a transparência e a democratização da gestão pública em todo o país, com foco na satisfação do servidor e do cidadão em geral.

A Secretária Cecília Landim lembra que a concretização desses projetos representa a segunda fase do PNAGE, uma vez que um longo caminho já foi percorrido. "Os Governos Estaduais dispõem, hoje, de um documento inédito no Brasil, qual seja, um diagnóstico geral das respectivas administrações, dando valorosos subsídios para que os Estados e o Distrito Federal possam direcionar suas ações e programas no sentido de equacionar os problemas e entraves de toda natureza que dificultam o objetivo maior que é o de atender às expectativas da sociedade", destacou Cecília Landim.

Eleição da nova diretoria

A eleição da nova diretoria do Consad encerrou o LVII Fórum em Cuiabá, presidido pela Secretária de Gestão Administrativa do DF, Cecília Landim, que permaneceu 3 anos à frente do Conselho.

O novo presidente, eleito para o período de março de 2005 a março

de 2006, é o Presidente da Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos do Estado de Goiás, Jeovalter Correia Santos. O secretário de Alagoas, Valter Oliveira Silva, permanece na primeira vice-presidência, e o secretário do Mato Grosso, Geraldo Aparecido de Vitto

Júnior foi eleito o segundo vice-presidente.

A Junta Fiscal do Consad foi reeleita: Thaís de Melo e Silva Mesquita dos Santos, do Pará; Evelyn Levy, de São Paulo; e João Manoel Lima de Farias, da Paraíba.

ESTADOS

Experiências Inovadoras

PERNAMBUCO

LICITAÇÃO DA CONTA ÚNICA E PAGAMENTO DA FOLHA

O Governo de Pernambuco tem chamado a atenção de outras administrações do país ao adotar, pela primeira vez, um processo licitatório para escolha do banco responsável pela gerência da conta única e pagamento da folha dos servidores do Estado. O processo foi acompanhado pela Procuradoria Geral do Estado e pelas secretarias de Fazenda e de Administração e Reforma.

O novo modelo foi apresentado no Fórum pelo procurador do Estado, Roberto Pimentel Teixeira (foto). Segundo ele, a medida vai gerar benefícios como a redução significativa no custo das tarifas bancárias e o Estado ainda vai receber R\$ 4 milhões mensalmente do banco Bandepe, vencedor da licitação. O dinheiro será

investido em projetos sociais, das áreas de modernização administrativa e de sistemas de governo. No final do período de vigência do contrato, de 5 anos, o governo terá recebido da instituição R\$ 240 milhões.

A licitação para escolha do banco começou em setembro de 2004 e foi concluída em 14 de janeiro de 2005. Participaram o Banco Itaú, Bradesco e Bandepe, que foram julgados quanto a habilitação, propostas técnicas e propostas comerciais.



O Procurador Roberto Pimentel atribuiu o êxito da inovação à transparência durante todo o processo, que contou com audiência pública, consulta pública, data-room e acompanhamento do Banco Central e do Tribunal de Contas.

MATO GROSSO

MT SAÚDE

O Governo do Estado de Mato Grosso levou ao fórum a experiência bem sucedida do novo plano de saúde voltado para os servidores públicos estaduais e sua família.



O MT Saúde é um plano opcional de assistência médico-hospitalar exclusivo para os servidores ativos, aposentados e pensionistas, que podem incluir, sem qualquer custo adicional, seus dependentes (cônjuge e filhos menores).

Implantado em 2004, o plano foi desenvolvido a partir de estudos realizados pela Fundação Getúlio Vargas e Fundação Instituto de Pesquisas

Econômicas da USP (FIPE), o que possibilitou que se chegasse a um custo compatível com o poder aquisitivo dos servidores e abaixo dos preços praticados no mercado. A realização desses estudos, que considerou o perfil dos servidores públicos estaduais, foi essencial para a criação do plano, que conta com ampla cobertura médico-hospitalar, uma grande rede credenciada na capital e interior a um preço acessível. O servidor tem a opção por dois tipos de plano: o Padrão, com internação em enfermaria e contribuição de 5,5% do salário do servidor; e o Especial, com internação em apartamento e contribuição de 8,5% do salário, descontados em folha.

Segundo o Secretário de Administração de Mato Grosso, Geraldo de Vitto (foto), o Estado contribui com uma pequena parcela. Em fevereiro deste

ano, por exemplo, o plano de saúde custou aos cofres do tesouro R\$ 191.549,00. A arrecadação com os servidores conveniados representou R\$ 1.800.466,00. A expectativa do Secretário é de que o plano custe ainda menos para o Estado. "Hoje temos 35 mil vidas conveniadas. A tendência é diminuir a participação do governo à medida que o servidor adere ao plano", declara o Secretário.

Outros benefícios: isenção de carência para quem migrar de outros planos aos quais estejam vinculados por, pelo menos, um ano; rede credenciada de farmácia; atendimento de emergência em todo o país; assistência odontológica; e preços iguais para os servidores independentemente da idade, ou seja, idoso não paga mais caro como acontece com a maioria dos planos de saúde.

MINAS GERAIS

AValiação DE DESEMPENHO

O Estado de Minas Gerais tem se destacado com a implantação do Projeto denominado Choque de Gestão, que tem como objetivo reformular a administração pública e renovar a política de recursos humanos. O processo de implantação e os resultados dessa inovação foram apresentados no LVII Fórum do Consad pela secretária Adjunta de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais, Renata Maria Paes de Vilhena (foto).

Dentre as propostas de reformulação, destacam-se o sistema de avaliação de desempenho com vantagens pecuniárias para os servidores (Adicional de Desempenho e Prêmio por Produtividade); a reestruturação das

carreiras estatais; e a definição de uma política de capacitação, voltada para a solução de problemas administrativos.

O Adicional de Desempenho é um benefício que substitui vantagens por tempo de serviço e o Prêmio por Produtividade é uma espécie de bônus, previsto na Constituição da República (artigo 39). Tanto um quanto o outro está associado não só ao desempenho individual do servidor e seu aperfeiçoamento profissional, mas também ao desempenho do órgão ou entidade que este se encontra em exercício.

Segundo a Secretária-adjunta, Renata Vilhena, o Plano de Carreiras extinguiu a divisão de classes e cargos, priorizou a

profissionalização do serviço com a criação de diversos cargos de nível superior e com a promoção por escolaridade adicional.

“A política de capacitação é ação fundamental dos programas governamentais, que apresentam como foco a eficiência na prestação dos serviços públicos”, concluiu Renata Vilhena.



BAHIA

NOVA LEI DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

O Governo do Estado da Bahia levou, no LVII Fórum do Consad, a nova Lei de Licitações e Contratos do Estado. Segundo a ideia apresentada, o novo procedimento torna as compras mais simples sem comprometer os requisitos de transparência, segurança e economia.

Elaborada por uma equipe de procuradores do Estado e técnicos da Secretaria da Administração estadual, a Lei de Licitações e Contratos do Estado da Bahia incorpora as leis federais 8.666/93 e 10.520/02 (que instituiu o pregão), e

aborda a questão das compras públicas em dois aspectos importantes: de um lado, a urgente desburocratização; do outro, mecanismos de controle mais eficazes.

O texto traz como novidade a inversão das fases do procedimento licitatório, com a abertura das propostas de preço, julgamento e classificação antes da análise da habilitação dos licitantes. Entre outras vantagens, esse novo processo possibilita à Administração aferir, de forma mais ampla, os preços praticados no mercado

por não se limitar apenas à abertura dos preços dos proponentes habilitados.

Outras inovações são a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica nas hipóteses de fraude na criação de novas entidades empresariais, e a obrigatoriedade de publicação nos sites oficiais, pela administração de cada Poder, da relação de todas as faturas emitidas pelos contratados, com indicação das datas de entrada nos órgãos e dos respectivos vencimentos e pagamentos.

ALAGOAS

PROGRAMA DE GESTÃO



O Secretário Executivo de Administração, Recursos Humanos e Patrimônio de Alagoas, Valter Oliveira Silva (foto), apresentou no LVII Fórum do Consad

o plano plurianual 2004-2007 do Estado. Entre as ações apontadas destacam-se: o estímulo ao desenvolvimento da economia solidária mediante apoio aos pequenos e micro negócios e aos agentes da economia informal; o desenvolvimento econômico sustentável através de uma política indutora de investimentos do setor privado; como também a modernização da Gestão Pública, mediante a integração das funções de planejamento, orçamento e gestão, visando a melhoria da prestação de serviços públicos para atender às demandas da sociedade.

Dentre as ações apontadas através da Modernização da Gestão Pública destacam-se a implantação do Programa Nacional de Modernização do Planejamento de Gestão – PNAGE e o Programa de Uso do Poder de Compra, gerenciado pela Agência de Serviços Administrativos do Estado de Alagoas (AGESA).

Por meio das medidas de controle de finanças, o estado espera uma economia de 25% do valor previsto para o ano de 2005, o que significa uma redução de R\$110 milhões

FORUM

Participação do Consad no GESPÚBLICA



O diretor do Departamento de Programas de Gestão do Ministério do Planejamento, Paulo Daniel Barreto Lima (foto), levou ao Fórum do Consad as diretrizes do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA), que visa contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos e o aumento da competitividade do País.

Para o desenvolvimento do Programa, o Ministério do Planejamento criou um Comitê Gestor formado por um integrante da Casa Civil e por 15 representantes de organizações públicas, como Consad,

Exército Brasileiro, Furnas, Eletronorte, Eletrosul, Inmetro, ECT, entre outros.

Entre os objetivos do Comitê estão: articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão dos trabalhos; monitorar, avaliar e divulgar os resultados obtidos; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.

“Nós já temos interlocutores de todas as Unidades da Federação. Por isso, eu venho aqui para pedir o apoio dos Estados e do Distrito Federal para mobilizar os municípios”, pediu o Paulo Daniel. A participação dos órgãos e entidades públicos no GESPÚBLICA é mediante adesão ou convocação. Podem atuar, voluntariamente, pessoas e organizações públicas ou privadas.

Consad manifesta-se contrário ao atual texto da PEC Paralela

As modificações no texto da PEC Paralela na Câmara dos Deputados foram um dos principais temas que permearam o LVII Fórum do Consad, em Cuiabá. Os Secretários presentes foram unânimes ao se posicionarem contra a aprovação dos dispositivos que alteram a Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003 que impactam no equilíbrio fiscal e financeiro dos Estados e do Distrito Federal dificultando, inclusive, o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tal insatisfação foi manifestada na Carta de Cuiabá, que focou os impactos da PEC Paralela nos Estados. Segundo o texto assinado pela presidente do Conselho, Secretária Cecília Landim, a aplicação das

regras contidas na proposta implicará em expressivo aumento dos gastos públicos decorrente do impacto financeiro negativo proveniente das alterações promovidas na PEC Paralela, derivados das mudanças promovidas tais como: a inclusão de mais carreiras nos limites de artigo 37, XI, C.F.; a retroatividade da aplicação da PEC; e a ampliação da paridade.



Avanços do Grupo de Compartilhamento de Soluções de Gestão

O Grupo de Compartilhamento de Soluções de Gestão, formado por representantes do CONSAD, FÓRUM DE PLANEJAMENTO, MP (UCP e SLTI) e ABEP, apresentou no LVII Fórum do Consad um documento preliminar com propostas de trabalho no âmbito do PNAGE. Segundo o documento, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) será o coordenador das ações de compartilhamento e cooperação do processo; e o Colegiado Técnico-Consultivo (CTC) fará a validação das propostas. Os demais membros do Grupo, formado por representantes de 18 Estados brasileiros e do Distrito Federal, serão responsáveis pela definição de Estratégias e Diretrizes para o Compartilhamento e a Cooperação; e identificação de Projetos que serão alvo da ação e dos grupos técnicos específicos para a viabilização do COMPARTILHAMENTO (ex.: Grupo Técnico – Viabilidade Jurídica; Grupo Técnico – Registro Contábil/Patrimonial, etc).

A Versão final dessa proposta e a validação pelas equipes estaduais; a consolidação de informações relativas a demandas comuns, identificadas nos Projetos Estaduais; e a Organização do Grupos Temáticos são alguns dos encaminhamentos que serão apresentados no próximo fórum. O Grupo ainda espera o fortalecimento da rede interestadual de compartilhamento, com apoio estratégico do Consad, incluindo alternativas de capacitação de técnicos dos Estados, e o mapeamento das soluções de gestão firmado em um documento formal.

O Grupo de Compartilhamento de Soluções de Gestão foi criado em 2004, com o objetivo de buscar soluções já implantadas, com sucesso, nos Estados e que possam ser disseminadas para outras Unidades da Federação, assim como propor alternativas legais para a viabilização e o compartilhamento de aquisições de soluções.